

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 22-02-2017.

---

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/16 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 191, 196, 197, 198 e 267/16 (Processos nºs 1118, 1917, 1963, 1964, 1965 e 2617/16, respectivamente), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 031/17 (Processo nº 0396/17), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Complementar Legislativo nº 030/16 (Processo nº 2777/16), de autoria de Reginaldo Pujol; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 028/17 (Processo nº 0383/17), de autoria de Rodrigo Maroni. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar da Proposta de Emenda Constitucional da Previdência. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente, e Jorge Vidal dos Santos, Representante da Associação dos Advogados Previdenciários – AAP. Após, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso I, a Jorge Vidal dos Santos, que se pronunciou sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais sobre o tema em debate, a Jorge Vidal dos Santos. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e cinco minutos às quinze horas e vinte e seis minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Felipe Camozzato, José Freitas, Reginaldo Pujol e André Carús. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Comandante Nádia e Professor Wambert. Durante a sessão, Mônica Leal manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Luiz Perissé, Presidente da Associação de São Paulo e do Brasil Meridional dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Felipe Camozzato, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e

secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto PEC da Previdência, trazido pelo Sr. Jorge Vidal dos Santos, que representa a Associação dos Advogados Previdenciaristas – AAP.

O Sr. Jorge Vidal dos Santos está com a palavra.

**O SR. JORGE VIDAL DOS SANTOS:** Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, digníssimo Ver. Cassio Trogildo; Exmos. Srs. Vereadores, Exmas. Sras. Vereadoras; ilustres cidadãos e cidadãs presentes neste plenário; senhores servidores públicos, trago, em nome da comissão pró-Associação dos Advogados Previdenciaristas da 4ª Região, os cumprimentos e o desejo de uma boa reflexão sobre esse tema tão importante que é a PEC da reforma da Previdência. Senhoras e senhores, todas as reformas da previdência social que houve no mundo nunca foram para beneficiar os segurados, nenhuma. A última que tivemos no Brasil foi a Lei nº 8.213, que veio se adequar ao texto constitucional dentro dos princípios emanados da Constituição da República, que manteve vários dos direitos que já existiam na legislação anterior, na antiga Lei Orgânica da Previdência Social, e ainda aperfeiçoou. Essa PEC vem trazer profundas alterações. Eu vou pinçar algumas categorias profissionais que serão severamente atingidas, por exemplo, os agricultores. Conforme regras da Constituição de 1988, a mulher trabalhadora rural se aposenta aos 55 anos de idade, e o homem aos 60 anos. Pela proposta da PEC nº 287, todos deverão se aposentar ao completarem 65 anos de idade e, ainda, terão que contribuir mensalmente com o recolhimento para a Previdência Social. O trabalhador do campo, o homem rural, o pequeno agricultor das colônias ou das regiões campestres começa a trabalhar muito cedo, com 7 ou 8 anos de idade as crianças já estão trabalhando no campo, e, assim, atravessam a vida inteira, um trabalho penoso, pesado, um trabalho sem equipamentos de segurança. São eles, da colônia, que nos fornecem o arroz, o feijão, a batata, enfim, a comida que comemos na cidade, que não vem das grandes plantações, ela vem das pequenas plantações, da economia familiar, da agricultura familiar. E a agricultura familiar ainda vive do cabo da enxada, nas ladeiras, nos cerros, nas montanhas e ainda usam, uma grande parte, o arado de boi. E esse trabalhador precisa descer com as suas colheitas nas costas. Então, o homem do campo, com 45 anos, já está com severos problemas de coluna, e muito mais ainda as mulheres. De forma que ele não suporta chegar a mais de 60 anos de idade com saúde para poder aguentar esse trabalho pesado. Então, aquilo que se conquistou na Constituição de 1988 está sendo perdido pela PEC nº 287. Essas referências que fiz falam aqui do Rio Grande do Sul, em que a realidade é

uma, mas ainda tem o nortista, o nordestino, que devido a condições muito mais precárias de alimentação, por exemplo, não tem o mesmo padrão de vida que nós, do Sul, e, aos 65 anos de idade, já estão morrendo. E não há nenhuma diferença de tratamento para essas especificidades.

A questão das aposentadorias para o trabalhador urbano. O trabalhador urbano, hoje, se aposenta com 35 anos de contribuição, o homem; com 30 anos de contribuição, a mulher. E ainda enfrenta o fator previdenciário que faz reduzir, por vezes, até a metade da sua média de salários de contribuição. Criou-se o fator 85/95, o que vai cair também, não vai haver mais fator 85/95, não haverá mais aposentadoria por tempo de contribuição, todos vão se aposentar a partir dos 65 anos, mas, para isso, o trabalhador deverá ter 49 anos de contribuição. As novas gerações terão de começar a trabalhar aos 16 anos de idade, contribuir por 49 anos ininterruptos, porque caso não contribuam em um mês, fiquem desempregados em um mês ou dois, vão se aposentar então com 65 anos e um mês, ou 65 anos e dois meses. E na vida do trabalhador acontece muito de ele ficar desempregado e não poder contribuir. Quem não tem renda não pode contribuir, vai tirar de onde para contribuir?

E mais do que isso, está previsto que os 65 anos de idade é só o começo, é só a partida. Porque se, no decorrer dos anos, o IBGE apontar que a expectativa de vida do brasileiro aumentou, vai variar também. Ele vai se aposentar conforme a expectativa de vida. E ainda tem a questão da redução. Hoje o trabalhador brasileiro, urbano, que tiver 15 anos de contribuição e completar 65 anos de idade, se aposenta com o valor da aposentadoria pela média das suas contribuições, calculadas de julho de 1994 até hoje. Vai mudar. Ele terá que contribuir por 25 anos, no mínimo, completar 65 anos e ainda ter o percentual de aumento no valor da sua aposentadoria, conforme cada ano que contribuir além dos 25 anos. Então se aposentaria pela PEC com 65 anos, 25 anos de contribuição, ganhando 50% da média dos seus recolhimentos. Isso significa uma perda salarial enorme. Hoje, pela realidade atual, na média, as pessoas contribuem por 18 anos, mais o menos. Isso foi apurado agora, publicado pelo jornal Folha de São Paulo, juristas de renome, pesquisas informam que a média de recolhimento do trabalhador brasileiro é de 18 anos, porque nós vivemos um período de muito desemprego, um período de trabalho informal. Quando aparecem as crises, aí mesmo é que o trabalhador brasileiro vai para o trabalho informal, e lá ele não recolhe contribuições, ele acaba muitas vezes ficando fora da previdência social, perde a qualidade de segurado, por não estar contribuindo. Se um trabalhador hoje tiver 20 anos de contribuição, ele ainda vai ter que recolher mais cinco anos de contribuição e ainda vai ter que cumprir um pedágio de dois anos e meio de contribuição. E esse tal de pedágio pega toda as categorias: servidores públicos, homens, mulheres. O pedágio é da seguinte forma: se no dia da promulgação da PEC os senhores estão fora do pedágio, homens com mais de 50 anos e a mulher com mais de 45. Então, tem um caso de uma senhora que me procurou no escritório, ela é enfermeira no Hospital de Porto Alegre, tem 44 anos de idade e 29 anos de contribuição. E, ao vigorar a PEC, ela vai ter que trabalhar até os 45 anos de idade, faltando um ano para se aposentar. Outra coisa são as atividades perigosas, penosas, insalubres. Nós, pela legislação atual, temos aposentadoria, por exemplo, para

trabalhador em minas de carvão, em que é prevista a aposentadoria aos 15 anos de contribuição, porque ele não suporta mais do que isso, ele já não tem mais pulmão após esse período. Pois ele também vai ter que trabalhar até os 65 anos. Ele não vai chegar lá. Os professores que hoje trabalham no Ensino Fundamental têm direito à aposentadoria aos 25 anos de Magistério, isso cai fora também, vai para 65 anos.

Demais trabalhadores de atividades insalubres como metalúrgicos, construção civil, enfermeiros que trabalham em hospitais, médicos, não terão mais reconhecido, pelo direito brasileiro, o trabalho em condições insalubres, em condições especiais. Hoje vigora a seguinte regra: os homens, com 25 anos de atividade em regime insalubre, penoso, perigoso, aposentam-se com salário integral, conforme a média das suas contribuições de 1994 até hoje; somado tudo, atualizado, trazido para os dias de hoje. Quando vai se aposentar, se trabalhou um período em trabalho insalubre e outro em trabalho não insalubre, ele pode aproveitar aquele período em que trabalhou em trabalho insalubre e multiplicar esse período pelo coeficiente 1.4, o homem, e somar para ver se consegue chegar aos 35 anos de contribuição. Isso também está caindo fora, não vai existir mais. Da mesma forma, a questão das mulheres, que têm dupla jornada de trabalho ou tripla jornada de trabalho, por isso o direito brasileiro vinha reconhecendo o direito, há um tempo, menor para se aposentar. Agora, estão todas equiparadas: 65 anos para todo mundo.

Sobre a questão da pensão, por exemplo: numa casa hoje o homem e a mulher trabalham e cada um tem a sua contribuição para a Previdência Social; pela PEC, se um dos cônjuges morrer, vai deixar uma pensão no valor de 50% da média salarial; e aquele que receber essa pensão de 50% não vai ter mais o direito de se aposentar, porque já terá uma renda, então vai contribuir em vão, vai contribuir desnecessariamente para a Previdência Social, não vai servir para nada ele contribuir. E o dinheiro vai para algum lugar.

Então, senhores e senhoras, é uma PEC que atinge profundamente a dignidade do trabalhador brasileiro, das famílias brasileiras, das nossas crianças. O futuro das nossas crianças estará totalmente comprometido. E quando alguns de nós ficarmos velhos, tomara que todos tenhamos saúde para fazer alguma coisa, para conseguirmos entrar no mercado formal, o que é muito difícil. Uma pessoa com mais de 40 anos hoje já não consegue emprego, imaginem uma pessoa com mais de 65 anos; não vai conseguir, pois não há emprego formal para todos, e ela não vai conseguir produzir. As empresas preferem uma força jovem produzindo a uma pessoa idosa, com seus problemas de idade, apesar de sua experiência acumulada. Então, quem tem hoje 30 anos de idade, dez anos de contribuição para a Previdência Social, vai ter que somar mais 39 anos de contribuição. Vai chegar aos 65 anos e receber metade da sua média do salário de contribuição, e, se receber pensão do cônjuge falecido, não vai poder se aposentar. Isso significa miséria, sofrimento, fome. Então, deixo essa reflexão para agirmos. Ainda há tempo de o povo brasileiro barrar essas reformas. E não digam que a Previdência é deficitária porque todos os especialistas apontam que ela não é deficitária. Eu, por exemplo, trabalhei quase dez anos na Petrobras e, na época, contribuía pelo teto salarial. Onde é que foi parar o meu dinheiro?

Não podemos perder de vista que o Governo Federal, de longa data, vem utilizando a tal de Desvinculação das Receitas da União – DRU, ou seja, pega o dinheiro da seguridade social – porque, aqui, nós estamos falando não só na previdência social, mas na previdência social, na assistência social e na saúde, e vem dinheiro de todos os lados para isso. O Governo vinha utilizando 10% dessas verbas conforme quisesse; depois, passou para 20%, e, hoje, são 30%. O Governo pode levantar 30% das verbas da seguridade social para aplicar no que quiser. Então, a previdência não é deficitária, ela vem tendo superávit, e o argumento de que é preciso salvar a previdência para o futuro também não pode ser aceito, porque a proposta de reforma está justamente destruindo a previdência do futuro, tornando-a inalcançável para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Convido o Dr. Jorge Vidal dos Santos para compor a Mesa conosco.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o nosso querido convidado Dr. Jorge Vidal dos Santos fez uma importante explanação técnica mostrando os dilemas que vamos viver nos próximos dias, porque o Congresso Nacional está apressando e apressando para que se vote imediatamente a PEC nº 287. Se joga na grande mídia e aí há um desastre de “a” a “z”, porque, Ver. Freitas, a mídia repete o senso comum e o papo do Governo dizendo que a Previdência é deficitária. O Dr. Vidal colocou muito bem, e vou mais longe, eu diria que é preciso atentar para a confusão que se faz entre a Previdência *stricto sensu* e todas as políticas de assistência social. Eu também quero lembrar que essa questão da Previdência tem uma grande confusão. O Brasil fez um grande gesto quando disse: o senhor e a senhora que são trabalhadores rurais, que produzem 70% dos alimentos das nossas mesas, pequenos agricultores, vocês terão direito à aposentadoria independentemente do conjunto das contribuições pretéritas. E nós hoje conseguimos fazer com que as pessoas tenham o mínimo de dignidade, porque não poderíamos falar, Ver. Carús, daquele preceito constitucional da dignidade da pessoa humana, se nós não tivéssemos os agricultores com esse suporte mínimo. Agora, imagine o seguinte, Ver. Alex, imagine o seguinte, Ver. Matheus, imaginem, agora, essa situação, alguém que pega no pesado, de sol a sol, como é a agricultura, Ver. Roberto Robaina, se aposentar aos 65 anos de idade!? Eu sei porque vivi essa realidade com meus pais no interior do interior de Santa Catarina e vivo aqui a experiência de dezenas de agricultores que eu conheço que trabalham de sol a sol, Ver. Fernanda, como é que fica a situação dessas pessoas? O Dr. Vidal colocou muito bem a questão do homem e da mulher. Nós estamos em um País em que a mulher faz dupla ou tripla jornada de trabalho. Nós temos grandes dificuldades, porque a mulher, além de, entre aspas, cuidar dos filhos, ela tem que ter um trabalho com as crianças muitas vezes e suportar, inclusive, crianças de parentes, de vizinhos, porque

não há cheques! Então imaginem o estresse, o trabalho que essas pessoas têm, especialmente a mulher, nessas circunstâncias. Então, Ver. Aldacir José Oliboni, nós precisamos levar esse debate, imediatamente, a todos os recantos da nossa Cidade, já que nós somos Vereadores. E eu espero que outros Vereadores levem para todos os recantos do País. Nós precisamos ter uma posição. E acho importante, Presidente Cassio Trogildo, inclusive, em um determinado momento, que a Mesa Diretora poderia pautar essa questão, porque nós aqui temos servidores da Casa, enquanto nós formos Vereadores aqui, enquanto V. Exa. presidir a Casa, temos uma responsabilidade mais direta sobre essas pessoas também. Então, talvez, um movimento da Mesa Diretora e colocar a sua preocupação, da gente dialogar com os nossos três Senadores, com os nossos 31 deputados federais para dizer que nós não queremos a PEC nº 287. E pode haver mudanças na legislação, a final de contas nós sempre mudamos alguma coisa na legislação, mas não para acabar com a dignidade das pessoas. Portanto, foi por essa razão, Ver. Felipe Camozzato, que eu propus essa quarta temática. Eu tenho a convicção, Ver. Cassio Trogildo, que nós faremos grandes debates neste ano, nas quartas-feiras. Nós vamos usar o melhor possível esse tempo para trazer as grandes questões. Eu quero lembrar aqui o Ver. Dib que sempre dizia que não é pelo número de leis que a gente vai ser o Vereador ou a Vereadora, mas pelo trabalho de fiscalização, pelo trabalho parlamentar ao trazer as questões da sociedade, pela trabalho de fiscalizar o Executivo, enfim, são múltiplas as funções. Encerro, meus colegas e minhas colegas, dizendo que a PEC nº 287 não serve, nós temos de rejeitá-la, para trazer o mínimo de dignidade para a pessoa humana. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Cássia Carpes está com a palavra em Comunicações.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Sr. Presidente, quero saudar, aproveitando a oportunidade, com o Adv. Jorge Vidal dos Santos, que aqui fez, durante, vinte minutos, uma explanação sobre esse tema complexo que é a reforma ou a PEC da Previdência. Quero saudar aos Vereadores e Vereadores e dizer que, sem dúvida, esse processo não pode ser analisado no afogadilho. É uma questão muito séria, até porque quantos milhões ou bilhões, Dr. Jorge Vidal, foram desviados da Previdência para fazer a Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, assim por diante, desde a época da ditadura. Portanto, houve muito desvio do caixa da Previdência para salvar ou fazer muitas obras neste País. Quero aqui fazer um levantamento, como já sou aposentado, vou fazer 64 anos, consigo comprovar, Tarciso, com muita penúria, mais de 38 anos de serviço. Mas o que não se fala é porque não comprovei mais do que os 38, Adeli, e aí vem a grande questão: a maioria destes clubes do Brasil não recolhe a previdência. Para o senhor ou a senhora que está nos ouvindo em casa, se o Banrisul, que é um dos patrocinadores de um clube de futebol aqui do Rio Grande do Sul, o valor que ele der para este clube, do patrocínio, ele tem que descontar o INSS, ele tem que descontar para a previdência. A Federação, a

cada jogo de futebol, que sai o borderô, tem que ir lá recolher a previdência social. Estão fazendo isso no Brasil? É muito difícil. Há pouco tempo saiu uma negociação sobre aquele fundo dos clubes, e lá na Câmara Federal temos a bancada da bola, e muita bola tem lá, mas outro tipo de bola. Na realidade esse debate é propício a deixar claro para a sociedade como é o caixa da previdência e como os governos se locupletam com esse caixa da previdência nos seus caixas únicos. Eu, em certo ponto, sou a favor de uma reforma da previdência, mas não idêntica a essa que estão falando aí. Tenho certeza de que os nossos Deputados – e foi falado aqui, Dr. Jorge - vão refletir sobre isso, e quem sabe alguns pontos até possam ser aprimorados, melhorados, mas não desta forma que o senhor disse aqui. O Rio Grande do Sul tem uma peculiaridade, o Nordeste tem outra peculiaridade, nosso País é muito complexo. Tarciso, lá na tua região, uma pessoa com 60 anos, quem sabe, já está morrendo, porque é outra cultura. Nós não podemos tratar um País continental, da grandeza do nosso, como uma coisa só. Cada um faz uma coisa, cada um contribui de uma forma, e como é difícil o cidadão comprovar que ele recolheu, ou que a empresa pagou em nome dele aquele tempo de serviço, isso é muito difícil no Brasil, então acredito que este debate é fundamental para desmistificar algumas questões que não ficam claras ao cidadão. Tenho visto nestas grandes redes de televisão, economistas, pessoas que se dizem entendidas da previdência, mas eles só olham um ângulo: “Ah, realmente, estão se aposentando muito cedo.” Mas o que é cedo? Se há um padrão de vida bem diferenciado. Então, acredito que, sem dúvida nossos Parlamentares, Senadores e Deputados, poderiam fazer uma grande audiência pública aqui no Estado, para que nós possamos desmistificar e começar a entender esse processo que querem fazer, sob pena demais adiante, ter que mudar de novo. Então, parabéns, Dr. Jorge, pela composição aqui, pela forma que se expressou. E a sociedade brasileira tem muitas dúvidas, e quando há dúvidas, não se mexe em PEC que tira direito do trabalhador.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Queria cumprimentar o Dr. Jorge Vidal dos Santos usando aqui o período de Comunicações, em meu nome, em nome do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Professor Alex, da Bancada do PSOL. Primeiro, quero cumprimentar a iniciativa do Ver. Adeli Sell, que fez esse convite, Dr. Jorge Vidal, para que o senhor palestrassem um pouco para nós, tenha certeza de que haverá muitas coisas a serem abordadas. Mas os principais pontos dessa reforma, que é um ataque brutal ao direito dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, foi muito bem explanado pelo senhor durante esses 20 minutos. Nós estamos na iminência de vermos uma outra reforma da previdência, tivemos a de 1998 no setor privado; depois a 2003, dos servidores públicos. Que por um lado aumentam a idade mínima reforçando e reproduzindo uma lógica de desigualdade social, que é a banalização da população

trabalhadora mais pobre, que começa a trabalhar mais cedo e que, evidentemente, é bastante impactada pelo aumento da idade mínima. Mais do que isso, nós vemos a questão de uma carga, um tempo de trabalho, humanamente, quase impossível para levar a integralidade os valores da aposentadoria, como exige a reforma com 49 anos de contribuição. Mais do que isso, além dos 65 anos de idade mínima, nós vemos um ataque brutal às mulheres, que, sim, tem os cinco anos a menos que os homens, não por uma bondade dos governantes, mas por um reconhecimento da dupla, tripla jornada de trabalho. Que várias pesquisas mostram que são seis anos a mais de trabalho que as mulheres fazem em função dessa jornada doméstica. Lamentavelmente, ainda tida como feminina, porque é preciso, obviamente, romper e combater essa cultura machista, que impõe essa tripla jornada às mulheres brasileiras. E nós temos, por um lado, um discurso falacioso e mentiroso de que a previdência é deficitária. Acho que o Ver. Cassiá pegou elementos importantes aqui, quando nós sabemos que os recursos da previdência foram usados para construir grandes obras - a Transamazônica é uma delas e uma série de outras obras pelo Brasil afora – que era o dinheiro da aposentadoria da classe trabalhadora. As verbas de seguridade social também saem desta poupança que deveria ser utilizada para beneficiar o conjunto da classe trabalhadora. Nós, obviamente, defendemos uma previdência solidária, embora os Governos tenham atendido e entrado na lógica de transformar esta poupança compulsória, que não deixa de ser, em um novo filão com os fundos de pensão privados e com a lógica de utilizar esses fundos e as previdências complementares também no mercado de ações, que é uma das características desta fase neoliberal do capitalismo financeiro que nós temos no mundo desde a década de 1980 e que, obviamente, faz parte das reformas da previdência e da lógica implementada no Brasil.

Eu concluo dizendo que nós temos um calendário absolutamente escandaloso no Congresso Nacional em que, no mês de fevereiro, são feitos, entre aspas, debates, nós sabemos como são esses debates, entre aspas; março, as Comissões; em abril, começa a votar um dos maiores ataques dos últimos tempos à classe trabalhadora. Isso é muito grave, porque nós sabemos que o Governo ilegítimo do Temer tem uma maioria no Congresso Nacional, nós sabemos que, infelizmente, embora à revelia dos questionamentos da opinião pública com relação à indicação, por exemplo, do Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal, o debate sobre a Lava Jato e o fato de ele ser recentemente Ministro da Justiça deste Governo numa situação de caos da segurança pública – nós não nos esquecemos do que aconteceu em Manaus, no Rio Grande do Norte e o que acontece cotidianamente em Porto Alegre – e a premiação dele a cair para cima ainda no Supremo Tribunal Federal e ser um dos revisores da Lava Jato. Isso é um escândalo, e mesmo assim passou no Senado Federal. Então, nós não temos expectativa no Congresso, mas nós temos muita convicção de que o povo brasileiro lutará. O dia 8 de março é o Dia Internacional das Mulheres, e as mulheres farão atos no Brasil inteiro contra a reforma da previdência e contra a reforma trabalhista. No dia 15 de março, os sindicatos estão chamando um dia nacional de luta contra a reforma da previdência, e nós temos a convicção de que são muito importantes as iniciativas que ajudem nesta luta como a sua vinda aqui hoje, como a moção que o

Ver. Aírto Ferronato está fazendo e será assinada por muitos de nós e o posicionamento político de cada um de nós, não só na Câmara de Vereadores, mas também nas ruas para apoiar a luta legítima e necessária dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras. Obrigada pela sua participação, conte com o apoio do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cássio Trogildo):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente Cássio, Dr. Jorge Vidal dos Santos, representante da Associação dos Advogados Previdenciários – é bom tê-lo conosco nesta tarde –, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, estamos aqui, nesta tarde, numa discussão fundamental e importantíssima para toda a sociedade brasileira, trabalhadoras, trabalhadores, homens e mulheres. Portanto, meus cumprimentos, dou-lhe a nossa saudação por estar aqui. Todos nós estamos acompanhando essa PEC, essa proposta que está em Brasília, numa discussão rápida demais sobre o tema mais relevante para todos, que é o futuro da nossa sociedade brasileira. Conforme já falou a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, estou eu, mais um grupo de Vereadores, apresentando uma Moção de Apoio aos trabalhadores e às entidades que lutam contra essa proposta da forma que está aí. Um dos exemplos mais interessantes, e que todos falam, é o que eu conversei com um colega meu, bem pouco tempo atrás: “Ferronato, estou com 49 anos e um pouquinho e, daqui a pouco, vai me tocar trabalhar 15 anos a mais, enquanto aquele que tem 50 anos e 1 dia não trabalhará”. Em primeiro lugar, sobre a transição: já está se ouvindo, se vendo e se lendo que há uma adesão razoável no que diz respeito à transição. Por outro lado há a questão do trabalhador rural. Eu sou filho de colono, quem de nós, aqui de Porto Alegre, do Estado, do País inteiro não tem familiares na colônia? Quem de nós não sabe que o pequeno agricultor, com seus 14, 15 anos, ajuda, sim, seus pais? É uma questão. Outra é a questão da idade máxima, o limite: eu não vejo como uma coisa a ser estaca zero; que, obrigatoriamente, tenha que ter essa idade. O Brasil é um país diferente de outras sociedades internacionais. Nós temos o nosso tempo de expectativa de vida, nós temos uma história da previdência que vem de décadas, nós temos – cá para nós, vamos falar com toda a sinceridade – a roubalheira nacional, que campeia há muito tempo. Como nós, cidadãos brasileiros, vamos pagar a conta dessa roubalheira toda? Em primeiríssimo lugar, vamos recuperar aquilo que foi desviado dos cofres públicos.

Portanto, nós vamos encaminhar essa moção, que será aprovada na Câmara, se Deus quiser, e será encaminhada ao Senado, à Câmara de Deputados, ao Presidente da República, no sentido de uma posição que nós adotaremos aqui em Porto Alegre. Eu sei que o País inteiro está se mobilizando e já está mobilizado nessa defesa do trabalhador e da trabalhadora.

Quero trazer um abraço a todos, cumprimentar o Ver. Adeli Sell, que foi quem tomou a iniciativa da presença, e cumprimentar o Dr. Jorge Vidal pela presença

conosco, nesta tarde, para tratar desse tema de relevância nacional. Um abraço e obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** Saúdo o Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; saúdo o nosso visitante, Jorge Vidal dos Santos; saúdo nossos colegas Vereadores e Vereadoras e o público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje. Eu tenho uma opinião muito pessoal com relação à reforma da previdência, à reforma trabalhista. O golpe que se deu neste País tem nome e endereço. As grandes reformas, infelizmente, vão precarizar a saúde, a vida do trabalhador e, para nós, que nos consideramos oriundos da classe trabalhadora, no meu caso, da Saúde, que mexe com direitos adquiridos já há muito tempo. Nós percebemos, por exemplo, que, se o Governo se preocupasse em cobrar o que algumas grandes empresas devem para a Previdência, poderia citar a Friboi, por exemplo, que deve mais de R\$ 400 milhões para a Previdência, como alguns clubes de futebol, como o Ver. Cassiá citou, teria dinheiro suficiente para provar que a Previdência não teria déficit. Mas o Governo, mais uma vez, prefere mexer com a vida do cidadão que terá de contribuir por um período muito maior – de 49 a 50 anos – de contribuição para receber não o teto, mas no máximo 76% da média da contribuição.

Então, Jorge, esse tema que V. Sa. traz é de extrema preocupação, não só nossa, mas deveria ser de todos os parlamentos. Eu espero que o Congresso Nacional, por meio de alguns Deputados Federais, que também têm a sua origem no sindicato, percebam que a classe trabalhadora jamais vai concordar com esse tipo de atitude em que perde direitos adquiridos ao longo de toda a sua vida. O próprio Governo já está com a propaganda na televisão dizendo que a partir da idade de 50 anos nada muda. Claro que muda! Muda muito! Porque embora você tenha o período quase concluído de contribuição, 30 ou 35 anos, para mulheres e homens, assim mesmo tem o período do pedágio que eles vão, com certeza, constituir nessa reforma. Não deixa de ser um alerta para todos os trabalhadores e trabalhadoras. Creio que essa moção trazida pelo Ver. Aírto Ferronato, com certeza, será assinada por todos os Vereadores. Ela é bem-vinda para mostrar que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre – e temos ligações com inúmeros Deputados Estaduais e Federais – pode fazer um movimento de unificação dessas forças para dizer ao Governo Federal que essa reforma não pode acontecer da forma como ele está apresentando. Até porque nós já percebemos que já existem inúmeras manifestações contrárias à reforma da Previdência da forma como foi colocada. Então, é preciso, sim, discutir amplamente, com a comunidade e com a sociedade, com os sindicatos, Ver. Janta, e tenho certeza que também o Solidariedade não poderá concordar com esse tipo de reforma, até porque falava antes dos deputados federais, e tem uma vertente dentro do Sindicato, que jamais poderá concordar com isso

para não precarizar não só a vida do cidadão, mas mais do que isso, tirar esses direitos tão importantes e adquiridos ao longo de sua vida de militância e de trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Dr. Jorge Vidal, da Associação dos Advogados, que gentilmente veio atender a uma indicação do Ver. Adeli Sell, da nossa Bancada. Ver. Adeli, lhe parabeno, porque esse é um tema que está colocando em polvorosa os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso País. Peço desculpas, Dr. Jorge, eu não pude lhe ouvir, então, talvez, o senhor possa fazer alguns comentários após a minha fala, mas vou recuperar, com certeza, com as notas taquigráficas. Falaram-me que a sua explanação foi excelente.

Eu quero aqui sublinhar alguns elementos, em especial o tema da mulher. Da mulher trabalhadora rural, das mulheres professoras e das mulheres em geral, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. A perversidade dessa reforma da previdência, que várias outras dimensões foram colocadas, que há muita controvérsia sobre essa tal insuficiência, ou deficiência do atual modelo. Mas é esse tema homem e mulher, igualdade de tempo para a aposentadoria, significa para as mulheres, um aumento, para a professora de sala de aula, por exemplo, com aposentadoria especial aos 25 anos, significa 15 anos a mais de trabalho. Para as mulheres em geral, 10 anos a mais de trabalho, de contribuição, de idade, dependendo dos diferentes cálculos. Num Brasil como o nosso – no mundo não é diferente –, considerar que a igualdade entre homens e mulheres na relação com o mundo do trabalho é real, é material é um equívoco, é não fazer leitura de estatísticas, é não ter dados objetivos de censos, de pesquisas qualitativas. As mulheres, na sua grande maioria, trabalham mais horas do que os homens semanalmente sim! Isso está medido, isso está evidenciado nas pesquisas, porque as mulheres ainda assumem, na sua grande maioria, as tarefas domésticas, tarefas não remuneradas, tarefas não valorizadas, mas que são tarefas, e isso é trabalho. São horas de trabalho no preparo dos alimentos, horas de trabalho no cuidado com os filhos, horas de trabalho no cuidado com a casa, no cuidado com as compras, com todas as tarefas necessárias à reprodução da vida. Essa alteração não foi feita na sociedade, homens e mulheres não dividem igualmente as tarefas de casa. Mais do que isso: há um movimento fortíssimo que recrudescer e quer colocar as mulheres ainda mais nos serviços domésticos. Ele existe através do moralismo da grande bancada religiosa na Câmara Federal, que combateu, nos planos municipais, estaduais e federal de educação, a educação para a igualdade de gênero. Portanto é perverso, é violento: se, de um lado, se combate a alteração da cultura, para

que homens e mulheres dividam o trabalho doméstico, se combate a cultura, a educação para que se atente para isso, para que se formem novos sujeitos, novos meninos e meninas, de outro lado, se diz que homens e mulheres trabalham igual, entram no mundo do trabalho igual e vão se aposentar igualmente. Isso está absolutamente equivocado. Se o Governo brasileiro, se o Congresso Nacional, se todo este País estivesse erradicando a desigualdade entre homens e mulheres, eu gostaria de projetar essa igualdade na previdência daqui a um tempo. Mas isso não é real e não é o que o Congresso faz, não é o que a base do Governo Temer faz. Então eu quero centrar nesse tema do quanto é perverso, do quanto é violenta essa reforma da previdência, que retira direitos dos trabalhadores, que prolonga o tempo de trabalho, que retira salário da aposentadoria e que, de outro lado, não faz uma auditoria nas contas da Previdência, que, de fato não levanta as desvinculações dos recursos da União, dos recursos que não vão para a Previdência...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** ...Não implementa as políticas de forma ofensiva, objetiva e eficiente, como, por exemplo, de todas as mulheres, empregadas domésticas, a terem a sua carteira assinada e os seus direitos garantidos, pois estarão contribuindo para a Previdência. Nós estamos muito longe de chegar a isso, recém essa legislação começa a ser cumprida. Acho que nem um terço das mulheres que atua como empregada doméstica é trabalhadora com carteira assinada, podendo contribuir para a sua Previdência. Políticas como essa, de fato, ajudam a fortalecer e preservar a Previdência Pública, e não a penalização dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial, a da mulher, e em especial, ainda mais, a da mulher do campo, que esta, então, trabalha no campo de sol a sol e segura as atividades da reprodução da vida.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. Quero agradecer muito a presença do Doutor, meu colega, Jorge Vidal dos Santos, advogado previdenciarista, que tratou da questão da reforma da Previdência. Quero cumprimentar o Ver. Adeli Sell pela iniciativa, dizer que o tema é por demais importante. Acho que, embora não sendo um tema afeto às competências municipais, é um tema, sim, que interessa a todos, porque a nossa vida, a vida das pessoas e dos trabalhadores - trabalhadores compreendidos todos nós -, é nas cidades, o que nós desempenhamos aqui. E, portanto, o tema previdenciário, embora seja um tema de competência federal, é um tema que também deve interessar aos parlamentos municipais e a todos nós. Quero dizer que, com muita alegria, o Dr. Jorge me disse que foi aluno do meu pai lá na Pontifícia Universidade Católica; eu fiquei muito feliz com isso, porque ele demonstrou o afeto que, via de regra, eu tenho colhido de todos aqueles

que foram alunos do meu velho no período em que foi professor de Penal IV. Cumprimento o Dr. Jorge Vidal e passo a palavra a ele para as suas considerações finais.

**O SR. JORGE VIDAL DOS SANTOS:** Senhores e senhoras, realmente, este tema precisa ser muito discutido, precisa ser muito assimilado, precisa ser compreendido, para que, uma vez apropriados esses conhecimentos, se possa ter uma posição bem clara sobre a PEC da reforma da previdência social. A questão, Sr. Presidente, vai chegar aos Municípios, vai chegar aos Municípios porque estão previstas na PEC as aposentadorias dos servidores públicos também. Como eu falei na minha exposição, os servidores públicos são atingidos pela PEC, também vão passar para a idade mínima de 65 anos. E aquelas questões de não deixar pensão, não poder acumular pensão com aposentadoria, também vale para os servidores públicos. Os professores, as professoras, todos vão para 65 anos de idade e 49 de contribuição. Uma vez passada a PEC, os Estados vão ter que se adequar, nas suas legislações estaduais, no tratamento com os servidores públicos, e os Municípios vão ter que mexer na Lei Orgânica, no Estatuto dos Servidores, para adequar o texto da legislação municipal ao texto da PEC, que daí já estará em pronto. Em Cachoeirinha, o Prefeito já mandou um projeto para a Câmara se antecipando, se adequando à PEC que talvez não venha, e os servidores de Cachoeirinha estão parados, estão em greve. Então, vai passar pelos Municípios, Srs. Vereadores, vão ter que enfrentar essa questão, vão ter que fazer esse debate. Não vai restar muita coisa a fazer, porque estarão dentro de uma camisa de forças já definida pelas regras da emenda constitucional, se promulgada. O Governo Federal se baseia no chamado déficit da previdência. A previdência não vai suportar mais daqui a alguns anos. Nós temos aí vários especialistas, temos a Associação dos Fiscais da Receita Federal que estão dando informação de que a previdência social é superavitária. No último exercício deu um superávit de R\$ 58 milhões. O trabalhador desconta, na folha de pagamento, a contribuição de 11% para a previdência; o empregador contribui com o dobro. Para cada salário de um trabalhador, são 33% que vai para a previdência social. Mas não é só isso. A previdência social arrecada em cada jogo de futebol, em cada turfe, nas loterias, na construção civil... Qualquer coisa que se faça neste País tem que contribuir para a previdência social. Então não é verdade. Para mim, o que está atrás disso é uma futura privatização da previdência social, o que iria gerar grandes negócios para seguradores privados, para grupos de comunicação, enfim... Hoje a previdência social é superavitária. Não sou eu quem está dizendo, não conheço a área econômica, estou baseado no que diz a Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal.

Então, senhoras e senhores, quero agradecer, em nome da Associação dos Advogados Previdenciários do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, recentemente criada, esta oportunidade de vir aqui explicar essa questão e dizer que estou à disposição para outros debates, assim como cada membro da nossa associação está também capacitado. Os advogados aqui da Casa podem também se associar: o Presidente da Mesa, que é advogado, se tiver outros advogados, estudantes e bacharéis em Direito podem se associar à Associação dos Advogados Previdenciários, lá nós

estamos fazendo um grande debate, espalhando essa questão por todo Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Não vamos mais adiante porque o nosso estatuto não permite, mas temos solicitações de entrada de advogados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, do Mato Grosso, que vão entrar no grupo do Facebook, do WhatsApp para acompanharem os debates, somente não vão poder votar e serem votados, em razão da área territorial da nossa associação.

Agradeço e desejo a todos boa reflexão, e que se consiga fazer melhor para o povo brasileiro, os atuais e os futuros.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Agradecemos a presença do Sr. Jorge Vidal dos Santos, representando a Associação dos Advogados Previdenciários – AAP. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h25min.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h26min):** Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a todos que nos assistem; na última sexta-feira – li a reportagem na última terça-feira –, ocorreu mais um caso de racismo envolvendo o futebol. O jogador brasileiro Everton Luiz, que joga no Partizan, na Sérvia, deixou o campo chorando após o término de uma partida de um campeonato local. O brasileiro teve que suportar, durante toda a partida, xingamentos da torcida adversária, que, além de insultar, imitavam macacos, exibiam faixas com cunhos racistas. Mas o que mais impressiona, nesse caso, é que, segundo o próprio jogador brasileiro, os jogadores adversários apoiaram essa manifestação da torcida. Isso é lamentável! O ato de torcer por um time de futebol em meio a uma multidão faz com que os sentimentos que são controlados no convívio social cotidiano acabem expostos. Assim o racismo presente na sociedade acaba aparecendo também nos gramados. O racismo existe na sociedade em seu todo, não é uma patologia do futebol, é uma doença social presente em toda a sociedade. O futebol funciona como uma válvula de escape para uma minoria de torcedores. As frustrações da vida cotidiana, como desemprego, moradia precária, desassistência na rede de saúde, educação, notícia sobre corrupção, levam muitas pessoas a manifestar agressivamente no estádio onde essas pessoas acreditam estar protegidas pelo anonimato. A melhor forma de se combater o racismo, dentro e fora do campo, é a prevenção, além da punição, para os envolvidos. Políticas educativas aplicadas nas escolas, nos meios de comunicação são fundamentais para acabar com a discriminação. Ainda estamos longe de erradicar o racismo dentro do campo de futebol, mas é importante ressaltar que a grande maioria dos clubes age para evitar os casos de

discriminação. O clube, às vezes, não é diretamente culpado, mas ele tem que se esforçar para tentar coibir. É evidente que o preconceito com o negro está presente na sociedade brasileira, isso não pode ser encarado como normal e deve ser erradicado. Para que isso ocorra é necessário que o Governo Federal fiscalize de forma efetiva os casos de racismo punindo os infratores e garantindo a segurança das pessoas. Além disso, é preciso que o Ministério da Educação melhore o ensino acerca da população africana para que as pessoas aprendam, desde pequenas, que não há diferença de indivíduos da cor branca e negra. Eu fico muito triste, lamento muito que nós estejamos vivendo numa era totalmente diferente em que nós ainda estamos vivendo, infelizmente, o racismo. Acho que ele acabou, não existe mais. Nós somos iguais, preto, branco...

Isso é o fim. Por que tanto ódio? É o que eu vinha dizendo, é lá embaixo, nas escolas, que vamos conseguir erradicar todo o racismo. Infelizmente jogadores, sem poder defender, sem defesa, estão dentro de um estádio de futebol, praticando o seu trabalho, que é o esporte, dando alegria para muitos, e estão ali só com a intenção de jogar futebol, de fazer o melhor que eles sabem, e aí vêm as vaias, símbolos de negros, cenas de macaco, que é um animal tão dócil, tão maravilhoso. Sinceramente, não sei se eu ia aguentar a pressão de 40, 50 mil pessoas te chamando e te vaiando; eu não sei se aguentaria. Esse jogador saiu chorando do campo. Gente, chegou o momento, temos que acabar com muita coisa neste país. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Tarciso, a nossa solidariedade. Ninguém nasce odiando, as pessoas aprendem, infelizmente, a odiar e a ter preconceito. Tem que ser uma luta de todos nós para o fim de qualquer tipo de preconceito. Então, um abraço e a nossa solidariedade.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, senhoras e senhores, eu peço licença aos meus colegas de bancada para o pronunciamento que vou falar em tom de desabafo. Desabafo, porque, ontem, durante uma reunião com os diretores das escolas municipais da nossa Cidade, o Prefeito Nelson Marchezan Júnior e seu Secretário de Educação expuseram os seus planos para a educação em nosso Município. Planos esses que foram feitos sem o conhecimento do grupo de professores e diretores que já têm uma ampla vivência dentro da Rede Municipal de Educação. E o meu desabafo é no sentido de destacar a falta de visão sobre a realidade das nossas escolas, que tanto o Prefeito eleito quanto o seu Secretário nomeado trouxeram, nas suas exposições para a reunião de ontem, falta de conhecimento básico de como operam as nossas escolas, de como o serviço é prestado para as comunidades.

Senhores Vereadores, e faço um apelo aos Vereadores da base governista - não sei se existe algum representante aqui do Governo -, mas, senhoras e senhores, o

mínimo que se espera de uma gestão séria é o conhecimento da realidade com a qual vai trabalhar. E isso não está acontecendo no Município de Porto Alegre. O primeiro ponto listado pelo Prefeito e seu Secretário tem um erro grotesco: eles anunciaram para os veículos de comunicação, não apenas para os integrantes da rede, mas para jornalistas que estavam presentes, que em nossas escolas os alunos são recebidos às 7h30min e ficam tomando café até as 8 horas. Eu não sei se é desinformação ou se é mal caratismo, eu espero que seja a primeira hipótese, que eles estejam mal informados, porque isso é uma mentira deslavada. Isso acontece eventualmente em Escola de Educação Infantil, cujo refeitório é pequeno e, pela dinâmica com os alunos, com as várias turmas, foi necessário se fazer um revezamento na utilização do refeitório, não há espaço para todo mundo. Então as turmas têm que se revezar para ocupar o espaço no período do lanche, no período do café e no período do almoço, não há local para abrigar todas as crianças. O segundo ponto e com relação às escolas de ensino fundamental, que abarcam uma grande quantidade de alunos deste Município, os maiores, alunos do ciclo B e C, ciclos finais, são alunos que entram em sala de aula às 7h30min e saem ao 12h. Não há flexibilidade alguma para que eles façam suas refeições ou seus lanches, nenhuma! A aula começa às 7h30min e termina ao 12h, portanto é desinformação ou mau-caratismo da atual Administração. Isso é fato, indiscutível.

Outro ponto é a questão das horas-aula. Senhoras e senhores, nós temos professores contratados para 20 horas-aula, esse é contrato, o concurso que nós fazemos – 20 horas-aula. Se cada dia letivo tem cinco períodos, cinco vezes quatro dias da semana completa a carga horária do professor. Então, não existe dia de folga; existe uma distribuição dos profissionais dentro de quatro dias, e a sua carga horária foi compensada dentro dos quatro dias letivos semanais. Não há folga alguma, e o Prefeito disse que vai acabar com folga de professor. Não tem folga, os períodos foram compensados dentro da carga horária já para a estipulada, dentro do horário das turmas, então é uma mentira ou desinformação.

E, para completar, a terceira mentira deslavada ou má informação é no que se refere ao aumento de aulas que os alunos terão. Não terão aumento nenhum! Na quinta-feira, nos dois últimos períodos do turno, os professores se reúnem para fazer seus planejamentos de área e planejamentos globais, os professores estão reunidos. A proposta do Prefeito e do Secretário é de que as reuniões sejam mantidas, mas, ao contrário do que vinha sendo feito até o dia de hoje, até o ano letivo passado, os alunos não serão liberados depois, eles serão mantidos na escola, e isso está sendo contabilizado como hora-aula, mas o professor vai estar reunido, quem é eu vai ficar com essa gurizada?! É uma mentira, e ele está contabilizado isso para colocar como superávit em termos de aula. Uma mentira. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em nome da oposição, estamos reiterando um dos temas importantes na cidade de Porto Alegre. No dia de hoje, outra operação policial foi deflagrada demonstrando a continuidade de esquemas de corrupção no interior do DEP. Isso não é uma questão menor. Acho importante, já que agora, depois de dois meses, o Governo designou uma liderança aqui na Câmara. Nós queremos a posição da liderança do Governo, do Ver. Cláudio Janta, sobre a demanda de uma CPI para investigar e apoiar o processo de investigação policial do escândalo do DEP. A oposição não vai fazer um juízo de valor sobre a escolha do Prefeito Marchezan de seu líder aqui na Câmara. O Ver. Cláudio Janta é um vereador com larga experiência, um dirigente sindical da Força Sindical. Vocês devem todos saber que a Força Sindical foi uma central sindical, fundada na época do Collor de Mello, como Presidente do País, que deu amplo apoio para sua formação. O Líder do Governo atual depois teve uma passagem de apoio pelo Governo Britto, que foi um governo conhecido, na história do Rio Grande do Sul, por um projeto entreguista que provocou muita crise no nosso Estado, inclusive foi o autor desse acordo lesivo da dívida estadual que tem provocado um prejuízo tremendo aos cofres do Rio Grande do Sul. E agora o Ver. Janta é o Líder do Governo Marchezan. E nós queremos saber a posição do Governo. Depois do carnaval nós vamos pedir, sim, uma audiência com o próprio Prefeito Marchezan, porque, afinal de contas, o Prefeito Marchezan tem falado muito em transparência. Só que não é possível, simplesmente, falar em transparência, e quando há um pleito numa Câmara Municipal para que se estabeleça uma comissão parlamentar de inquérito para apoiar uma investigação policial, a base do Governo, que é amplamente majoritária na Câmara de Vereadores de Porto Alegre simplesmente fazer de conta que não existe.

Nós aceitamos que se debata – e é muito importante debater e definir nomes de ruas; a Cidade precisa ter os nomes das ruas definidos, mas não é possível que uma Câmara de Vereadores tenha como centro definir nome de rua quando tem um assalto num departamento como é o Departamento de Esgotos Pluviais de Porto Alegre, que, só no ano passado, já drenou R\$ 5 milhões dos cofres públicos, e segue drenando, porque a investigação policial mostra que tem 15 contratos ilícitos no interior do DEP. Agora, se descobriram máquinas e bombas que são da propriedade da Prefeitura na sede de empresas privadas. Como é que pode? O Governo segue drenando recursos públicos para empresas privadas que estão assaltando os cofres públicos. Este é o caso do DEP. É disso que nós estamos falando. Nós somos confiantes de que esta CPI vai se impor. Ela vai se impor porque, felizmente, há instituições que são muito mais dinâmicas e estão encarando de um modo muito mais sério os interesses públicos do que esta Câmara de Vereadores. Há, por exemplo, um delegado da polícia da Ordem de Combate aos Crimes Tributários e aos Crimes Contra a Ordem Pública, o Sr. Marcos Ritter, que está investigando o DEP. A investigação que ele realizou no DEP já teve a primeira fase, que foi a Operação Tormenta, e está entrando na segunda fase. Já se está demonstrando que o incêndio que ocorreu no departamento jurídico do DEP no ano passado foi um incêndio criminoso.

A Câmara de Vereadores pode achar que debater nomes de ruas vai resolver os problemas. A Câmara de Vereadores pode achar que simplesmente se pode aceitar o Governo Marchezan falar em transparência, e a sua base de sustentação na Câmara de Vereadores não defender e não ser a favor de uma comissão parlamentar de inquérito, mas esta comissão parlamentar de inquérito vai se impor, porque a sociedade vai exigir.

O Prof. Alex Fraga dava aqui um exemplo na educação. O Governo está tomando medidas autoritárias em área que não conhece e provocando crises desnecessárias, ataques desnecessários aos direitos dos trabalhadores, pois bem, na área da administração pública está-se cometendo um crime contra a Prefeitura, e o Governo não tem tomado medidas. E a base do Governo na Câmara Municipal tem se recusado a adotar medidas sérias em relação a isso, e uma medida séria é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E termino dizendo o seguinte, Presidente Valter, nós não temos problema em presidir CPI, se tiver Vereadores do Governo dispostos a fazer isso, que seja bem feito, mas vamos investigar, porque não é possível que os cofres públicos sejam assaltados e os Vereadores façam de conta que...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Presidente, eu gostaria só de fazer um aparte e lembrar ao Ver. Roberto Robaina que, muito bem, concordo com essa questão de nomes de ruas, que não seja só essa a preocupação da Câmara, mas quem criou esse hábito aqui na Câmara foi o próprio PSOL, que iniciou quando mudou o nome da Av. Castelo Branco. Vejam que é importante deixar registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Início do ano letivo daqui a cinco dias, o Secretário de Educação chama as direções de escola para conversar ontem. Ou melhor, para conversar não, para anunciar, Ver. Adeli, Ver. Oliboni, Ver. Sgarbossa, porque falo em nome da nossa Bancada, anunciar que ele estava revogando – revogando – um decreto de 2004, e modificando a forma de cumprir a carga horária - Ver. Tarciso, nosso Presidente da CECE - dos professores junto aos alunos, dizendo que isso é em nome da qualidade, da ampliação do tempo do professor com os alunos. Pasmem, fez uma continha, uma conta matemática rasa e disse que são só mais 15 minutos que ele está pedindo. Por, supostamente, 15 minutos, ele está desorganizando o início do calendário escolar. A revolta generalizada dos diretores e das diretoras, ontem à tarde; direções de escolas são mediadoras. Para eles se revoltarem do jeito que se revoltaram ontem, Ver. Pujol; gritavam greve - eu ouvi áudio, pois não estava presente - pela absoluta falta de escuta, pela absoluta falta de democracia, de construção, pela terra arrasada, pelo diagnóstico

errado que o Secretário apresenta. Ele abriu a sua apresentação dizendo que os alunos da rede municipal têm 20% de chance de desenvolver competência. Essa é a primeira agressão: diagnóstico equivocado, desrespeito aos professores, visão errada de educação. Em segundo lugar, diz que o tempo de comer, de lanchar, de recreação, de recreio é diferente do tempo de aprender. Uma outra visão pedagógica diferente de tudo o que a Rede Municipal acumulou nesses últimos anos, em conferências de educação, em regimento escolar, que é um regimento aprovado pelo Conselho de Educação. O regimento define o que é currículo, é um regimento referência, construído com a Rede em muitas conferências, em debates, por meio do Conselho Municipal de Ensino, que é a compreensão de que todos os espaços, todos os tempos na escola são tempos de aprendizagem; que não se separa o afetivo do intelectual, que não se separa o aprender do se alimentar, do se relacionar, do brincar da aprendizagem que a escola é responsável. Então, tem uma visão diferente da Rede, e não é que o Secretário não possa tê-la. Ele precisa é dialogar com a Rede Municipal. E ele impõe um novo horário de trabalho, diz que os alunos ficarão na escola das 7 às 7h30min, sendo recebidos, acolhidos por alguém; e os professores irão trabalhar a partir das 8 horas. Então, quando ele diz que aumenta o horário dos professores, ele diminui. No horário da reunião, que é nas quintas-feiras, das 10 às 12 horas, ele quer que os alunos sejam atendidos na escola. Ele considera que isso é qualificar a hora/aula, imagina duas horas a mais de alunos na escola, naquele horário da quinta, só que atendidos por alguns professores auxiliares. De um lado, isso não é aula; duzentos ou trezentos alunos por turno atendidos de qualquer maneira ou de algum jeito por alguns professores; de outro, esses professores não estarão na reunião da escola, de planejamento, de debate pedagógico. Ou seja, alguns professores serão de segundo nível, de segunda classe, não participam da formação, não fazem planejamento, e a sua intervenção lá junto aos alunos que qualidade terá? É uma intervenção desconectada com o debate. Então ele desqualifica o planejamento, que é obrigação e direito do conjunto dos professores da escola. Essas interferências sem debate, essa supressão de um decreto que regulamentava muito bem as 15 horas/aula dos professores... Há uma redução, o Secretário propõe reduzir a hora/aula de 50 minutos para 45 minutos. Então todas as mudanças que os diretores acharam absurdas, que mostraram desconhecimento com o cotidiano da escola, uma ruptura com toda a construção pedagógica feita até agora e uma ausência de democracia. Nós não aceitamos, nós queremos diálogo, nós queremos a revisão desta postura, senão o ano letivo vai ser...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Quero informar que o evento marcado para agora, do transcurso dos 90 anos de fundação da Rádio Gaúcha foi transferido em virtude de que houve um incidente na segurança pública, mais um deles, que foi a descoberta de um túnel no Presídio Central de Porto Alegre e isso acabou

mobilizando todos os profissionais da Rádio Gaúcha e foi feito um pedido para que nós fizéssemos a transferência, o Presidente Cassio anuiu neste sentido, então vai ser novamente aprazada a homenagem em data que oportunamente será informada aos Senhores Vereadores.

Em nome da Presidência da Casa, agradeço ao apoio que a Empresa Pública de Transporte e Circulação deu hoje pela manhã a um cortejo fúnebre que infelizmente tivemos que fazer em homenagem ao Coronel Schwalb, mais uma vítima da violência quase calamitosa, senão calamitosa, da violência que estamos vivenciando em Porto Alegre. O Coronel Schwalb é um militar reformado que há três dias foi atacado no bairro Partenon. Os relatos dizem que ele não ofereceu resistência, inclusive, levantou os braços e, mesmo assim, foi vítima de dois disparos, um no rosto e outro na barriga. Foi levado ao Hospital de Pronto Socorro e acabou falecendo. Foi sepultado hoje pela manhã. Ele fazia parte da Maçonaria, e a Maçonaria tem um grupo de motociclistas que se chama Bodes no Asfalto. Este grupo, então, se organizou junto com outros vários grupos e percorreram toda a Av. Ipiranga, saíram dali, do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, na Av. Praia de Belas, percorreram toda a Av. Ipiranga e foram até o Cemitério Jardim da Paz. E, ao longo desse percurso, a Empresa Pública de Transporte e Circulação deu todo o apoio, fazendo o serviço de batedores e dando toda cobertura. Então, eu quero, em nome da presidência da Casa, agradecer muito ao Marcelo Soletti e à EPTC pelo apoio que deram, porque, nesses momentos, não há cores partidárias. Eu acho que a luta pelo fim da violência, essa barbárie que assola o Brasil, é uma luta que deve ser de todos nós. Então, fica aqui registrado o agradecimento a Marcelo Soletti e a toda EPTC.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)  
(Ausente.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Boa-tarde, senhoras e senhores, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar o Tempo de Comunicações para fazer duas menções. A primeira delas, pegando gancho, inclusive, que o Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, mencionou, o Coronel brutalmente assassinado, sem reação, aqui na nossa Capital. Esse é um dos crimes, dos diversos que a gente tem a lamentar na nossa Cidade. Tivemos também, recentemente, um assalto em série, foi um arrastão, próximo à Ponte do Guaíba, também é outro fato a se lamentar, são fatos frequentes no cotidiano da nossa Cidade, e que são de lamentar. A Segurança pública vive um cenário de caos. E eu gostaria de lembrar a todos daquele convite que fiz na segunda-feira, o evento que vai ocorrer no dia 12 de março, às 15h, do Armas pela Vida. Um ato pelo direito de defesa. E aí aproveito para fazer a pergunta: vocês acham que ocorreria um arrastão a motoristas parados no congestionamento, lá na Ponte do Guaíba, se os bandidos soubessem que vários daqueles motoristas pudessem estar armados para se defender? Eu acredito que não. Então, eu acho que o direito de defesa, o direito de defender a sua vida, a sua propriedade, a sua família - especialmente, quando vemos casos como o do Coronel, onde, sem reação, ele é assassinado brutalmente - faz com que a gente tenha

que refletir sobre o direito do cidadão de portar armas para a sua defesa. Esse é um dos pontos.

O outro ponto que eu gostaria de trazer para uma reflexão é sobre esta questão das escolas municipais que o Ver. Prof. Alex Fraga e a Ver. <sup>a</sup> Sofia Cavedon trouxeram aqui na tribuna. Independente de partidos, independente de Governo ou oposição, lembrando aqui que eu me coloco como independente, eu acredito que é muito interessante a reflexão sobre o ensino municipal. Acho que o Governo Marchezan foi eleito em torno de uma pauta de mudanças, a população porto-alegrense votou esperando por mudanças na forma de se conduzir a gestão no Executivo, e a mudança está sendo feita. Podemos criticar a forma com que têm sido feitas as mudanças, sugerir melhores formas de conduzi-las, mas é válido lembrar também que o IDEB das escolas municipais de Porto Alegre vai mal. Podemos ter diversas formas de melhorar isso. Eu gostaria de contar com a colaboração de todos aqueles que são da área, que têm conhecimento. Eu não sou um professor e tampouco tenho conhecimento da área de educação para dizer e recomendar ao Prefeito como melhor deve sugerir, mas, uma vez que a população votou no Prefeito e quer dele mudanças, eu imagino que seja interessante observar que mudanças serão essas.

**O Sr. Prof. Alex Fraga:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Felipe Camozzato, muito obrigado pelo aparte. A contribuição que eu trago é justamente neste sentido, as pessoas que podem contribuir para que as políticas públicas tenham sucesso, são as pessoas que têm a vivência dentro desse ambiente. E tais pessoas sequer foram consultadas. Eu acredito que minimamente racional seria chamar os Diretores das escolas, que foram incumbidos pelas comunidades escolares de gerir esses espaços, pelo menos para serem consultados. Eu, durante 15 anos da minha vida, trabalhei em instituições privadas – escolas, pré-vestibulares, com ensino fundamental e ensino médio -, quando eu assumi o posto de professor da rede municipal, eu tomei um choque de realidade. O trabalho é completamente diferente. Nós prestamos serviço a crianças que sequer têm refeições em casa, e a escola é o lugar aonde elas vão, não apenas para aprender, mas também para comer. E como nós vamos aumentar esse IDEB, se nós temos esses problemas sociais tão graves no nosso Município e que não são saneados há muitas décadas? Não é um problema que o Prefeito criou, mas ele, como gestor público, tem que administrar também esses outros pontos. Então, não podemos ficar, pura e simplesmente, discutindo aumento de IDEB, por aumento de 15, 30 minutos na carga horária, que será diminuída, se implementadas as modificações que ele planeja. Mas muito obrigado pelo aparte.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Obrigado pelas considerações, Ver. Prof. Alex Fraga, então, concordamos que mudanças são necessárias. Então, dado este cenário, onde o Prefeito foi empossado, votado e eleito pela maioria da população para fazer essas mudanças, acho válidos os questionamentos, e acho válido também que a gente observe quais serão os próximos passos e que os professores, portanto, tragam

soluções para dirimir essa questão e não apenas conflitar e piorar a situação do ensino público municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Camozzato. O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

**O SR. JOSÉ FREITAS:** Presidente Valter Nagelstein, colegas Vereadores e Vereadoras, por sete anos eu fui conselheiro tutelar da região Centro de Porto Alegre, fiz parte também da corregedoria, por dois mandatos, e fui coordenador-geral dos conselhos tutelares; nesse meio tempo, eu me formei em gestão ambiental e, quando eu pensei que ia assumir na Câmara, fui para o Executivo. A pedido de muitos colegas conselheiros tutelares, inclusive conversei com o Ver. Sabino, já está tramitando na casa o processo para reativar a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente – o Ver. Sabino estava à frente dela. Eu conversei com ele e disse: estou pensando em reativar, porque os conselheiros tutelares estão sem essa representação aqui na Casa. Então, quero convidar os colegas Vereadores que quiserem fazer parte, junto conosco, para levantar essa bandeira da criança e do adolescente, porque Porto Alegre necessita que lutemos por essa causa, por essas políticas públicas para crianças e adolescentes. Repito: já está tramitando na Casa, então, processo para reativar a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente. Convido todos os colegas Vereadores que quiserem participar junto conosco. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Muito obrigado, Ver. José Freitas. Registro a presença do Ver. Professor Wambert e do Dr. Luiz Perissé, que é Presidente da Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional. Seja bem-vindo! A sua presença distingue este Legislativo Municipal.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em uma reunião, no dia de ontem, o novo Secretário de Educação anunciou algumas medidas que repercutiram negativamente no magistério de Porto Alegre, especialmente e obviamente aquelas vinculadas à Administração Municipal, ensejando movimentos que, no dia de hoje, acabaram repercutindo nesta Casa.

Eu estou autorizado pelo Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Casa, o Ver. José Tarciso de Souza, para, em seu nome, afirmar que a Comissão está absolutamente aberta para que a Casa possa promover um debate seguro sobre o tema, que não implique em tomadas de posições precipitadas e que, por outro lado, não corresponda com a omissão negativa de parte do Parlamento da Cidade.

Para tanto, nós, da Comissão de Cultura, ouvindo a maioria dos seus integrantes, estamos dispostos na primeira oportunidade regimental, se essa for a concordância dos nossos pares, assumirmos a responsabilidade de promover, no âmbito da Comissão, um grande debate que a matéria está a justificar trazendo aqui não só representantes oficiais, os secretários, seus adjuntos, como também a ATEMPA com os seus dirigentes e representantes. Para, em conjunto, com todos os Vereadores da Casa, que assim quiserem proceder, promovermos esse debate de buscarmos na nossa responsabilidade mediar para atenuar essa situação radicalizada que hoje existe entre o anúncio do Secretário e a não aceitação por parte dos integrantes da categoria. Não nos parece que outra possa ser a posição recomendável à CECE, se não essa que estou anunciando dizendo que, ainda no dia de hoje, colhendo a repercussão do nosso pronunciamento e ouvindo outras lideranças da Casa, iremos diligenciar, em contato com o Secretário Municipal de Educação e com a direção da ATEMPA, para ajustarmos, com a brevidade devida, esse embate desse debate que necessariamente precisa ser feito aqui na Casa com a maior urgência possível. Quero, inclusive, acentuar que neste ano a Comissão ganhou algum reforço. Colegas nossos vinculados ao magistério passaram a integrar a Comissão, alguns inclusive em primeiro mandato, num reforço considerável, porque é sangue novo na Comissão, espíritos abertos para que um debate dessa natureza possa se proceder. Não pensem os senhores e nem as senhoras que estejamos em busca de algum protagonismo, se não o protagonismo da responsabilidade diante de um fato emergente dentro da área da Educação. Obviamente, Ver. Paulo Brum, dentro da área de responsabilidade da nossa Comissão que não pode faltar nesta hora. A Casa e as lideranças nos oferecendo apoio, ainda no dia de hoje, trataremos junto ao segmento envolvido, uma marcação de dia e horário para que eles estejam aqui conosco ampliando esse debate que apenas se iniciou e já tem as consequências que nós estamos a verificar.

Fico grato pela atenção de todos, e fica clara a posição da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que agora passa a ser unânime, na medida em que alguns de seus integrantes que não se encontravam aqui na ocasião em que nós traçamos essa linha, passo a manifestar a sua solidariedade com essa posição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho aqui hoje falar nesse período de Comunicações sobre dois temas. Primeiro, sobre os trabalhos recentes que estamos desenvolvendo junto à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, COSMAM. Ontem recebemos aqui, mais uma vez, a presença do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Erno, que apresentou o relatório de saúde do terceiro quadrimestre do ano passado, 2016, e fruto da discussão com os Vereadores, com as representações da sociedade, que ali participaram, também aprofundou alguns

temas que certamente trarão benefícios para a população de Porto Alegre, no que diz respeito à promoção e o atendimento de saúde.

E hoje iniciamos uma série de visitas que serão realizadas pelos Vereadores, que integram a COSMAM. Nos acompanharam, o Ver. Oliboni, do Partido dos Trabalhadores, o Ver. José Freitas, e também as representações dos gabinetes dos demais Vereadores que não puderam comparecer, o Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Paulo Brum, a uma visita à direção e à provedoria do Hospital da Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre. E assim nós vamos seguir nos meses subsequentes visitando todos aqueles hospitais que estão instalados no território da nossa Cidade, e que, de alguma maneira, devem sim prestar contas dos serviços que prestam à população. Digo isso porque cada um desses hospitais - e cito aqui não só a Santa Casa, visitada hoje - o Hospital Vila Nova, o Hospital Beneficência Portuguesa, o Hospital São Lucas da PUC, o Moinhos de Vento, possuem contratualizações com o Município, e, nessas contratualizações, estão previstas metas de atendimento não só na emergência, mas também garantia de leitos e até mesmo realização de exames. Essas visitas são importantes, porque abrem um leque sobre informações que nem sempre são do conhecimento da Câmara Municipal. Ao final de todas essas visitas, nós vamos divulgar um relatório que vai subsidiar ações aqui da Câmara. Vamos procurar fazer com que o Poder Executivo possa ser beneficiado com o relatório que vamos produzir.

O segundo ponto que quero trazer é sobre o sistema Fala Porto Alegre – 156, e a relação dele com a Câmara de Vereadores. Não foi nesta Legislatura, foi na anterior que se alterou o formato do Pedido de Providências do Vereador para o Poder Executivo. Cabe ao Vereador – pelo menos, este é o papel que nós estamos fazendo e é a orientação que passei à equipe do meu gabinete – adotar uma postura colaborativa nesse sentido. Para isso serviam os Pedidos de Providências, e, como Secretário que fui do Governo anterior, respondi a muitos deles, de Vereadores de diferentes partidos. A orientação foi alterada, e os Vereadores têm hoje a prerrogativa de demandar os seus Pedidos de Providências através do 156.

É bem verdade que são aí pouco mais de 50, quase 60 dias de Governo, muitas questões relativas ao serviço ainda não foram ajustadas, mas posso dizer a vocês, pelo menos no balanço que fiz dos pedidos que encaminhamos pelo 156 para serviços que compõem o cotidiano da Cidade, que 85% deles não foram atendidos. Cito alguns exemplos: focos crônicos de lixo, entupimento de bocas de lobo, buracos nas vias públicas, parques ou praças em estado de má conservação, iluminação pública, enfim, são diversas as situações. Alguns podem pensar que os pedidos encaminhados pelos Vereadores, e, no nosso caso, que estamos compondo um bloco independente na Casa, são pedidos de afronta ao Governo. Muito pelo contrário. Como disse anteriormente, os Parlamentares, no que diz respeito ao serviço principalmente, têm uma postura colaborativa, e é dessa forma que nós estamos trabalhando. Pediria que fosse olhado com maior atenção os pedidos, não só os pedidos feitos pelo número 156 pelos Vereadores, mas pelo cidadão de um modo geral, para que possam ser atendidos com alguma celeridade. Nós temos solicitações, por exemplo, do Parque da Harmonia, que foram feitas nos primeiros dez dias do mês de janeiro, que sequer resposta tiveram. Nós

temos árvores caídas em algumas ruas, cito uma no bairro Santo Antônio, na rua Luis de Camões, há mais de vinte dias, que sequer houve resposta. Então, nós não estamos aqui criticando o Governo, porque, às vezes, passa a impressão que qualquer manifestação que se faça é nesse sentido. Não. Nós queremos que o 156 tenha uma curva ascendente de atendimentos, sejam eles promovidos pelos Vereadores, sejam eles promovidos pela cidadania de um modo geral. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. André Carús. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Muito obrigada, Presidente Valter e colegas aqui da Câmara. Uso este momento da nossa liderança do PMDB para relembrar a todos que ontem foi o aniversário dos 72 anos da tomada do Monte Castelo, na Itália, durante a 2ª Guerra Mundial, onde os nossos valorosos pracinhas estavam, não só representando nós brasileiros, como foram decisivos para que a tomada do Monte Castelo acontecesse. Quero reforçar aqui para que no dia 12 de março, como o Ver. Camozzato já falou, todos estejamos, sim, no Parcão, no ato de Armas pela Vida. Senhores, devemos pensar que o desarmamento cabe para aqueles que estão na criminalidade, pois o desarmamento, hoje, está acontecendo para as pessoas de bem. As pessoas têm o direito de se defender, as pessoas têm o direito de ter as suas propriedades protegidas, as pessoas de bem, hoje, necessitam, sim, fazer-se olhar pela segurança pública. O Estado já não consegue mais capacitar essa segurança para todos e é nesse momento que nós, porto-alegrenses, gaúchos, brasileiros, devemos dizer basta. Não queremos o desarmamento. Estar armado, para o cidadão de bem, significa ter a mesma igualdade, ter a mesma condição de se defender no momento em que tem uma mulher de 50 quilos e um homem de 95 quilos; um senhor de 75 e um marginal de 19 anos. Então, estou, sim, dizendo que somos contra o desarmamento, que devemos estar todos unidos no Parcão – Armas Pela Vida. O cidadão tem o direito de se defender, e é por isso que nós temos que estar na rua, todas as pessoas de bem, gritando e pedindo para isso.

Hoje, aqueles que falam que se tivermos armas vamos ficar igual aos Estados Unidos, não conhecem a legislação brasileira. Hoje, para se obter o porte de uma arma, há vários critérios, são várias as fases pelas quais as pessoas têm que passar. É difícil, Sr. Presidente, para se tirar um porte de arma. É necessário fazer um teste psicológico, tem que fazer um curso de tiro, tem que mostrar a justificativa por querer estar armado. Então, fala errado aquele que diz que “qualquer um vai estar armado”. Hoje, “qualquer um”, são os marginais que andam armados, e hoje, infelizmente, para aqueles que não sabem, temos, sim, pena de morte no Brasil, definida pelos criminosos que estão aí. Então, nós, pessoas de bem, que pagamos nossos impostos, que trabalhamos, que queremos ter uma Cidade, um Estado, um País mais justo, com maior

defesa, com maior segurança, temos, sim, o direito de estarmos armados também. Fica aqui o meu convite: dia 12 de março estaremos no Parcão – Armas Pela Vida. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PROFESSOR WAMBERT:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu serei brevíssimo. Queria registrar, como V. Exa. já o fez, a presença do Dr. Luiz Perissé, que é o Presidente da Associação de São Paulo e do Brasil Meridional dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta, também conhecida como pessoa jurídica de direito internacional público cujo nome completo é Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta, que é um Estado soberano com acento na ONU, na UNESCO, com *agreement* em mais de cem países, os próprios embaixadores em mais de cem países. Mas o que importa é que é a organização humanitária mais antiga em atividade no mundo.

Há novecentos e muitos anos, quase mil anos, a Ordem de Malta – a qual também pertenço, como conselheiro, e pela qual sou formado –, faz o que a Cruz Vermelha faz há pouco mais de cem anos. Nós tivemos agora, só na última guerra do Líbano, dez hospitais de campanha da Ordem de Malta. Perdemos companheiros no Iraque, voluntários que estavam lá a serviço humanitário. A Ordem de Malta envolve quase cem mil pessoas no mundo inteiro, entre cerca de dez mil cavaleiros e mais voluntários, e ela é uma instituição de direito canônico, porquanto é uma ordem também religiosa, está submetida ao Vaticano, mas é uma pessoa de direito internacional público na medida em que tem *status* de Estado soberano como foi dito aqui.

Então quero registrar a presença e agradecer a visita do Dr. Luiz Perissé, que representa todos os cavaleiros de São Paulo e do Brasil Meridional. O Brasil é dividido em três associações, são cerca de 300 cavaleiros que se dedicam a várias obras beneméritas no Brasil, tanto em São Paulo, como em Porto Alegre, em Brasília, na Embaixada da Ordem de Malta; junto ao Governo da República brasileiro tem uma creche gigantesca que atende a população de Brasília.

É este o meu registro. Muito obrigado. Seja muito bem-vindo a Porto Alegre, Dr. Luiz Perissé.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Muito obrigado, Ver. Professor Wambert. Mais uma vez, bem-vindo, Dr. Perissé.

Srs. Vereadores, quero fazer um registro. Embora a Presidência, obviamente, não possa tomar parte, e eu respeito muito essa questão, eu só quero dar um dado aos Srs. Vereadores, corroborando o que disse o Ver. Felipe Camozzato e a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Estima-se que nós tenhamos no Brasil 17 milhões de armas.

Nos Estados Unidos da América, estima-se que existam 300 milhões de armas, praticamente uma arma para cada habitante. No Brasil, infelizmente, infelizmente, hoje nós estamos com um vergonhoso número de 60 mil mortes violentas por ano. Em Porto Alegre, são 30 homicídios por 100 mil habitantes. Nos Estados Unidos, que tem 300 milhões de armas, e nós 17, tem 3,6 mortes por 100 mil habitantes, nós temos, praticamente, 10 vezes. Então, de fato, é uma questão que a sociedade brasileira, os Parlamentos, o nosso, estão convocados a isso, precisam debater, discutir. E nós precisamos colocar toda a nossa energia nessa verdadeira barbárie, nessa guerra civil que está instituída todos os dias. Hoje, novamente, na Ponte do Saco da Alemoa, no acesso a Porto Alegre, tivemos um arrastão. As pessoas estavam presas no trânsito, por força da elevação da ponte, e quatro marginais armados assaltaram a todas as pessoas que ali estavam. Felizmente, não tivemos nenhuma morte, mas poderíamos ter tido, como temos tido, infelizmente e praticamente, quase todos os dias.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quorum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h27min.)

\* \* \* \* \*